

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação



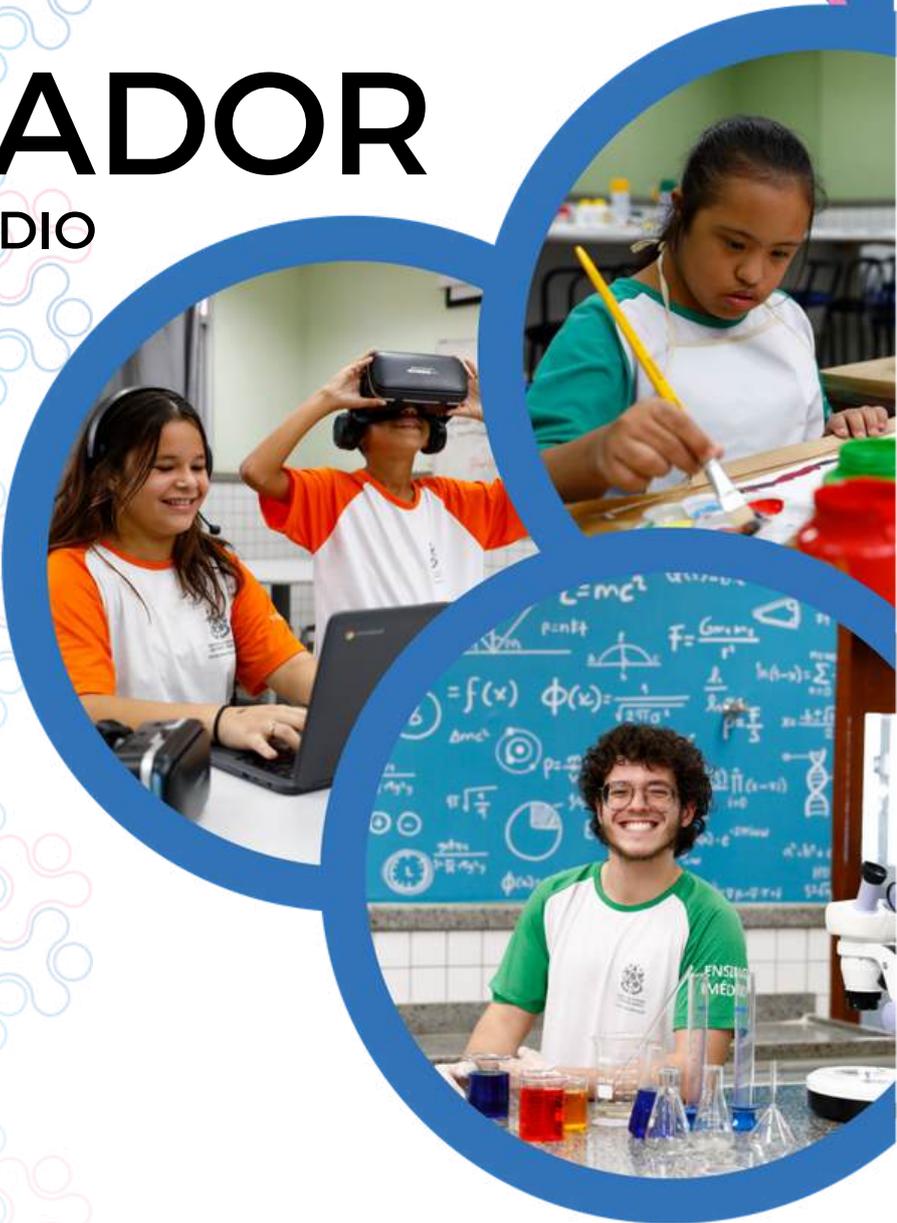
TEMA INTEGRADOR

FUNDAMENTAL E MÉDIO

Organização

JULIO CESAR SOUZA ALMEIDA

LUCIANE DA SILVA LIMA VIEIRA



027. 3636.7838



<https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/>



Gerência do Currículo
da Educação Básica

TEMAS INTEGRADORES

Linha do tempo



TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores representam uma abordagem interdisciplinar que visa promover uma educação mais ampla, contextualizada e significativa para os estudantes brasileiros. Esses temas foram selecionados com base em desafios contemporâneos e questões relevantes para o desenvolvimento humano e social, e são transversais a todas as áreas do conhecimento, permeando o currículo escolar em todos os níveis de ensino.

Dentre os temas integradores destacados na BNCC, podemos mencionar a Educação Ambiental, a Educação para o Trânsito, a Diversidade Cultural, Trabalho, Ciência e Tecnologia, entre outros. Cada um desses temas aborda questões essenciais para a formação integral dos estudantes, promovendo valores, atitudes e habilidades fundamentais para sua vida pessoal, profissional e cidadã.

A inclusão desses temas no currículo escolar permite que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica do mundo ao seu redor, capacitando-os a lidar com os desafios e dilemas éticos, sociais e ambientais que enfrentam. Além disso, promove a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e engajados, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Os temas integradores também incentivam uma abordagem interdisciplinar no ensino, promovendo a integração de diferentes áreas do conhecimento e estimulando a reflexão sobre as múltiplas dimensões dos problemas e questões contemporâneas. Isso possibilita uma educação mais contextualizada e relevante, que relaciona os conteúdos escolares com a vida dos estudantes e com os desafios do mundo real.

No entanto, para que os temas integradores sejam efetivamente trabalhados nas escolas, é necessário um compromisso conjunto de professores, gestores, famílias e comunidades, além de uma adequada formação docente e recursos pedagógicos adequados. Somente assim será possível garantir que os estudantes desenvolvam as competências e habilidades necessárias para enfrentar os desafios do século XXI e se tornarem cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade.

TEMAS INTEGRADORES

OS TEMAS INTEGRADORES DA BNCC

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo do Espírito Santo e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreende aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação social, política e ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticadas no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos. São doze os temas integradores considerados na Base Nacional Comum Curricular, note que o tema Saúde, Vida familiar e Social, no currículo do Espírito Santo, foi dividido em dois temas integradores :

Direito da Criança e do Adolescente

Educação para o Trânsito

Educação Ambiental

Educação Alimentar e Nutricional

Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso

Educação em Direitos Humanos

Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Saúde

Vida Familiar e Social.

[ES]

Educação para o Consumo

Educação Financeira e Fiscal

Trabalho, Ciência e Tecnologia

Diversidade Cultural

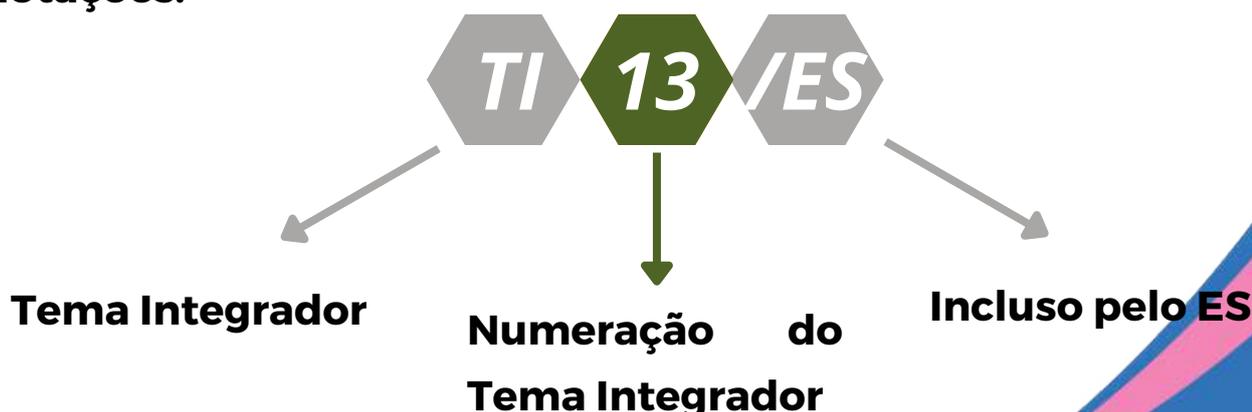
Temas Integradores presentes na BNCC.

Os Temas Integradores no Currículo do Espírito Santo

O Currículo do Espírito Santo propõe pensar a BNCC como referencial para a elaboração de uma proposta que considera singularidades, novos problemas e questões a serem incorporadas, de acordo com as características de cada região. Nesse sentido, no processo de elaboração do documento, surgiu a necessidade de acrescentar novos temas integradores e retomar alguns já propostos na BNCC com um olhar crítico e que se percebem as variações específicas do nosso Estado. Os temas Integradores da BNCC eram 15, com as modificações em nosso documento teremos no total, 19, temas integradores. Os novos temas integradores incluídos pelo Currículo do Espírito Santo são:



Para diferenciar os temas integradores da BNCC, pelos inseridos por nosso Estado, fizemos a modificação nas notações:



TEMAS INTEGRADORES

TI 01. Direito da Criança e do Adolescente

O tema Direito da Criança e do Adolescente está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e deve ser considerado na Educação Básica, fazendo parte de práticas pedagógicas cotidianas. Em todas as áreas de conhecimento, o estudante deve vivenciar a cidadania de maneira participativa, conhecendo e praticando seus deveres e direitos.



TI 02. Educação para o Trânsito

Como cidadãos, os estudantes devem assumir diversos papéis, entre eles, o de pedestres, passageiros e até condutores de veículos. Assim, o Parecer CNE/CEB N° 22/2004 (BRASIL, 2004) solicita a inclusão da Educação para o Trânsito no currículo das escolas e o apresenta como tema transversal, em todos os níveis de ensino. A educação no trânsito não compreende apenas ensinar regras de circulação, mas, também, formar cidadãos participativos, responsáveis, autônomos e envolvidos com a preservação da vida.



TI 03. Educação Ambiental

É urgente a tomada de consciência pelas pessoas em relação ao mundo em que vivem, sobre tudo, diante de comportamentos que reforçam desperdícios, racismos, preconceitos e extremismos. Nesse contexto, as questões ambientais adquirem caráter fundamental para nossa sociedade. O Currículo do Espírito Santo pretende contribuir na formação cidadã de sujeitos conscientes de seus papéis sociais. A Resolução CNE/CPN° 02/2012 (BRASIL, 2012), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Espírito Santo avança nessa direção ao instituir o Programa Estadual de Educação Ambiental (ESPÍRITO SANTO, 2017), fruto de um processo democrático com a participação ampla da sociedade capixaba, com o objetivo de promover o desenvolvimento socio ambiental que garanta qualidade às gerações futuras.



O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade em relação ao uso dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

TI 04. Educação Alimentar e Nutricional

Do mesmo modo, a Educação Alimentar e Nutricional apresenta-se como fundamental para mudanças de comportamentos sociais que prejudicam os sujeitos e o ambiente. É tema integrador por romper fronteiras, promover intercâmbios entre diferentes conhecimentos e saberes acadêmicos e populares. Propõe enfrentar a obesidade e mudar hábitos alimentares que levam a doenças e morte. O diálogo dessa temática com a cultura, a sustentabilidade, a antropologia, o meio ambiente, a saúde e a gastronomia acarretam mudanças de atitudes e estão em discussão nos três documentos normativos e orientadores acerca das políticas e ações de Educação Alimentar e Nutricional:

- O Marco de Referência de Educação Alimentar para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012);
- O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014); e
- A Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade (BRASIL, 2014).

TI 05. Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso

Ao abordar o Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, busca-se uma educação que cultiva cidadãos participativos e críticos à sociedade do tempo presente, na medida em que o envelhecimento vem se cristalizando como problema social e político no país e no Espírito Santo. Foram desenvolvidos meios legais para garantir a dignidade humana, com vistas à ampliação de direitos à pessoa idosa e proteção social, como o combate à violência, preconceito e qualidade de vida.



O currículo do Espírito Santo é condutor de ações que se destinam a assegurar o exercício dos direitos e deveres sociais e individuais, além de combater preconceitos e estabelecer relações por meio da legislação, como o Estatuto do Idoso (BRASIL,2003), que almeja dignidade humana a todos os sujeitos.

TI 06. Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos permite a formação de sujeitos ativos ao trazer conhecimentos que questionam e refletem a realidade social, histórica e cultural em que estamos inseridos. Assim, atores ativos e participativos geram transformação social e desenvolvem habilidades, potencialidades e consciência crítica. As diferenças sociais estão expostas em nossa sociedade como a miséria, pobreza extrema, intolerância religiosa, étnica e de gênero, condição social e deficiência, e estabelecem perigosos estereótipos. Diante dessa realidade, a Resolução CNE/CPNº 1/2012 (BRASIL,2012) constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, como tema integrador que permite auto transformação e mudança social, política e econômica.



TI 07. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, reconhecendo a existência de preconceitos étnicos. É tempo de valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra, indígena e de seus descendentes. Estabelecer o tema integrador Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena significa buscar compreender valores e lutas dessas etnias e refletir com sensibilidade as formas de desqualificação criadas pelas classes dominantes ao longo do tempo. Buscando compreender as relações étnico-sociais, rumo à reparação histórica, a Lei Nº 11.645, de 2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino do país a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.



Ressaltamos, ainda, a importância da Resolução CNE/CP N°1/2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais que devem ser observadas, sobre este tema, pelas instituições que atuam em todos os níveis e modalidades da educação no país.

TI 08 /ES. Saúde

No documento curricular do Espírito Santo, visando à formação cidadã de forma global e abrangente, a abordagem do tema Saúde pretende que se desenvolvam atitudes necessárias a uma vida saudável, nos diversos modelos de família e em outros ambientes e grupos sociais, como a escola.



TI 09 /ES. Vida Familiar e Social

No documento curricular do Espírito Santo, em consonância com a diversidade de formações familiares presente na atualidade, a Vida Familiar e Social é tema integrador que busca compreender a realidade social, os direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política.



TI 10 /ES. Educação para o Consumo Consciente

Quanto ao tema Educação para o Consumo, adicionamos a palavra 'Consciente', para marcar criticamente a percepção de uma sociedade que alimenta o consumo de forma descontrolada e não pratica de maneira efetiva programas que diminuam os desperdícios e os resíduos dessa prática sócio, emocional, alimentar, físico e material na sociedade do século XXI.



TI 11. Educação Financeira e Fiscal

O tema Educação Financeira e Fiscal consiste na perspectiva de incentivar os estudantes a desenvolverem a prática do consumo consciente, através de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, como construir uma vida mais equilibrada e sustentável sob o ponto de vista financeiro, afetando diretamente a vida do estudante e da comunidade local. Dessa forma, as futuras gerações serão beneficiadas.

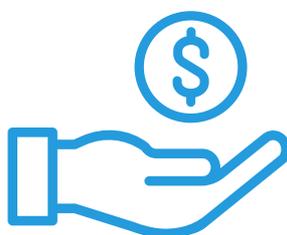


Educação Fiscal

A Educação Fiscal visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. Outros temas importantes para a Educação Fiscal são: tributo e sua função social como instrumento que pode e deve ser utilizado para promover as mudanças e reduzir as desigualdades sociais; a qualidade da gestão dos gastos públicos; orçamento público; o combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, e a pirataria; participação e controle social, entre outros temas.

A Educação Fiscal deve ser entendida como capaz de interpretar as várias teorias financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, instigando o cidadão a aprender e entender o seu papel como contribuinte solidário e participativo que beneficia a todos, inclusive a ele próprio. Para que isso ocorra, deve-se estar consciente da importância da participação no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, ou seja, do controle social, que deve ser pautado na justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito da relação entre o cidadão “contribuinte”, e o Estado “arrecadador”.

Educação Fiscal é, portanto, um processo educativo em que se busca promover uma cultura de cidadania ativa e responsável, pelo qual os indivíduos compreendem a função social dos tributos e a necessidade de sua correta aplicação.



Além disso, constitui uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, justa e participativa. Ela não apenas esclarece sobre a importância dos tributos, mas também incentiva uma postura ética e cidadã em relação ao uso dos recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



TI 12. Trabalho, Ciência e Tecnologia

Em Trabalho, Ciência e Tecnologia os sujeitos são considerados como protagonistas em processos que garantam o bem-estar social e coletivo, a partir de novos caminhos e políticas que oportunizem aos estudantes o direito de discutir, pensar e criar no mundo do trabalho.

TI 13. /ES Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica

Para que a tolerância e o respeito as diversidades sejam promovidos, se faz necessária a presença do tema Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica. Arnaldo Antunes (1996) afirma musicalmente que “aqui somos mestiços, mulatos, cafuzos, pardos, mamelucos, sararás-crioulos, guaranisseis e judárabes. rientupis, orientupisameriquítalos, lusos, nipos, caboclos, orientupisiberibárbaros, indo-ciganagôs, somos o que somos - inclassificáveis”. O Espírito Santo compreende uma mistura étnica, cultural e religiosa que é materializada nos versos do músico. Infelizmente, casos de intolerâncias causam exclusão e mortes. A superação dessas desigualdades acontece pelo conhecimento e reconhecimento do outro. Valores como a tolerância, a ética, a honestidade, o respeito, o exercício crítico da cidadania e compreensão das diferenças requerem autonomia intelectual e criticidade em relação à cultura hegemônica.



OS TEMAS INTEGRADORES DO ES

TI 14 /ES. Trabalho e Relações de Poder

Nessa concepção, surge o tema Trabalho e Relações de Poder, norteador de reflexões críticas que ressaltem as relações de poder e de dominação no processo de socialização e hierarquização no mundo do trabalho. No espaço da casa, na produção agrícola, na cidade, nas indústrias, no trabalho formal e informal, no uso de tecnologias, no mercado e na sociedade em geral, as relações humanas compreendem um conjunto de atitudes que estruturam relações de poder e de desigualdade, e que precisam ser analisadas e enfrentadas de forma crítica.



TI 15 /ES. Ética e Cidadania

Um tema emergente e urgente de reflexão para uma sociedade cheia de contradições como a nossa. As atitudes dos indivíduos e as relações estabelecidas, os direitos políticos, sociais e civis merecem e precisam ser atravessados por todas as áreas de conhecimento, uma vez que milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza extrema, a taxa de desemprego aumenta no país, há um baixo nível de alfabetização e a violência vivida na sociedade aumenta gradativamente por conta dos radicalismos e desrespeito à diversidade.



TI 16 /ES. Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade

A adição desse tema decorre de o fato da sociedade brasileira carregar uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalistas e clientelistas, com longos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social.



Os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980 como uma forma de interpretar os saberes que são construídos socialmente com base nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). A categoria de análise gênero aponta que, conforme os interesses presentes em cada sociedade e época, se produzem delimitações sobre os comportamentos desejáveis ou não, implicando nas possibilidades de acesso à educação e ao trabalho, nas maneiras de se vivenciar os afetos ea sexualidade.

Essas diferenciações são ainda significativas para compreender o fato de uma pessoa ser alvo e tolerar uma violência porque o gênero assim o determina. É o caso de mulheres que são vitimadas e mortas por seus parceiros ao decidirem, por exemplo, romper com a relação, pois há um entendimento de que o casamento e o cuidado com a casa e com os filhos são espaços de realização, por excelência, femininos, e de que os homens têm poderes sobre as mulheres, podendo recorrer à violência nos casos em que sintam seu papel de provedor e chefe da família ameaçado ou que identifiquem um desvio da norma por parte das mulheres.

Nesse sentido, o gênero é fundamental para compreendermos a cultura patriarcal que caracteriza a sociedade capixaba e que estabelece uma hierarquia entre os gêneros, fazendo com o que o Espírito Santo figure entre os estados que mais matam mulheres no país, conforme demonstra o último Mapa da Violência, publicado por Julio Waiselfisz (WAISELFISZ, 2015).

TI 17 /ES. Povos e Comunidades Tradicionais

Correspondem aos Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos.

No Espírito Santo, as singularidades encontradas merecem ser demarcadas no documento curricular de forma integralizada, buscando o respeito, o princípio da sustentabilidade e a sobrevivência desses povos e comunidades, no que diz respeito aos aspectos físicos, culturais e econômicos, assegurando a permanência das próximas gerações. Evidenciam-se nas terras capixabas a presença dos ciganos, dos quilombolas, dos indígenas, dos pescadores artesanais, dos povos de terreiros e dos pomeranos.



Essa temática se ampara no Decreto Federal N° 6.040/2007 (BRASIL,2007), que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e no Projeto de Lei do Senado N° 367/2015 (BRASIL,2015), que estabelece as diretrizes e os objetivos para as políticas públicas de reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo o diálogo, a participação desses sujeitos nos processos de formação educativos.

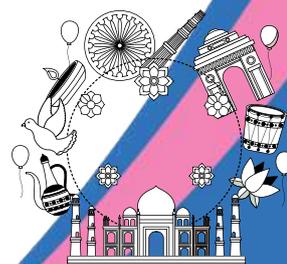
TI 18 /ES. Educação Patrimonial

Uma gíria, afinar o cavaco, bater o tambor, contar um “causo” ou uma história de pescador, aquela velha construção, a receita de bolo de cenoura ou de uma boa moqueca, a feira, a rua, a cadeira, o quadro na parede, celebrações e manifestações folclóricas, uma paisagem, a velha canção de amor, de rap ou de ninar, o museu queimado. Tudo isso faz parte do patrimônio cultural brasileiro e do Espírito Santo. Por isso, demarca-se esse tema da Educação Patrimonial como fundamental para colaborar no reconhecimento, valorização e preservação por parte da sociedade atual.

Os processos educativos oriundos dessa proposta devem buscar a construção coletiva do conhecimento, por meio do diálogo, de visibilidade, de combate ao preconceito e às intolerâncias e também da ocupação desses espaços, além de disseminar noções importantes e abrangentes de sobre o patrimônio histórico e cultural capixaba.

TI 19 /ES. Diálogo Intercultural e Inter-religioso

Por fim, mas sem esgotar outras possibilidades de temas integradores nas práticas cotidianas das escolas, apresentamos o último tema elencado pelo Currículo do Espírito Santo. Em uma época marcada pela pluralidade de ideias religiosas e multiculturais, o Diálogo Intercultural e Inter-Religioso, baseado no respeito, no crescimento mútuo e nas relações baseadas em igualdade entre diferentes culturas, etnias e religiões, torna-se fundamental no combate aos preconceitos e às intolerâncias em vista de uma ética mundial. Não basta aceitar a diversidade, é necessário estabelecer com ela o diálogo construtivo.



Os temas integradores representam aspectos essenciais para a formação integral dos estudantes na rede do Espírito Santo, abordando questões sociais, ambientais, culturais e econômicas relevantes para a nossa sociedade. Para garantir uma abordagem eficaz desses temas, é fundamental que professores, escolas e comunidade trabalhem em conjunto, promovendo uma educação que vá além dos conteúdos curriculares tradicionais e que prepare os estudantes para os desafios do Mundo contemporâneo.

Os professores desempenham um papel fundamental na implementação dos temas integradores, pois são responsáveis por planejar e executar as atividades pedagógicas que abordam essas questões em sala de aula. Eles devem estar preparados para integrar os temas transversais aos conteúdos curriculares, criando experiências de aprendizagem significativas que estimulem a reflexão crítica e o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para lidar com os desafios da vida contemporânea.

As escolas têm um papel importante, pois devem criar um ambiente propício para a abordagem dos temas integradores. Isso inclui oferecer formação continuada aos professores, disponibilizar recursos educacionais adequados e promover uma cultura escolar que valorize a interdisciplinaridade, o diálogo e a participação dos estudantes na construção do conhecimento. Além disso, as escolas podem estabelecer parcerias com instituições da comunidade, como ONGs, empresas e órgãos governamentais, para enriquecer as experiências de aprendizagem dos estudantes e promover ações concretas relacionadas aos temas integradores.

Por fim, a comunidade desempenha um papel fundamental ao fornecer apoio e recursos para a implementação dos temas integradores. Isso pode incluir o envolvimento de pais e responsáveis na educação dos estudantes, o apoio de instituições locais na promoção de atividades relacionadas aos temas transversais e a colaboração com a sociedade civil organizada para desenvolver projetos e ações que abordem questões relevantes para a comunidade.

Portanto, para trabalhar efetivamente os temas integradores, é necessário um esforço conjunto e colaborativo entre professores, escolas e comunidade. Somente assim será possível promover uma educação de qualidade que prepare os estudantes para serem cidadãos ativos, críticos e responsáveis, capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.